



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 68, DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 68, de 2018, que Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos, assinado em Brasília, em 14 de julho de 2010.

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

RELATOR: Senador Antonio Anastasia

04 de Julho de 2018



**PARECER Nº , DE 2018**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 68, de 2018 (Projeto de Decreto Legislativo da Câmara nº 789/2017, na Casa de origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos, assinado em Brasília, em 14 de julho de 2010.*

Relator: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo do Senado (PDS) nº 68, de 2018, decorrente de Mensagem Presidencial nº 789, de 2017, que propõe aprovar o texto do *Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos, assinado em Brasília, em 14 de julho de 2010.*

Após ser aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados em 7 de junho de 2018, a matéria seguiu para esta Casa e foi encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na qual me coube a relatoria.

De acordo com os termos da exposição de motivos, assinada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e pelo Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, o “*adensamento da relação aerocomercial com os territórios dos Estados-Membros da União Europeia, e para além deles, reforçará os laços de amizade, entendimento e cooperação entre o Brasil e aqueles Estados, e certamente contribuirá para o aprofundamento das relações bilaterais nas esferas do comércio, do turismo, da cooperação, entre outras*”.



SF/18729.83047-82



Assim, o PDS nº 68, de 2018, aprova o referido tratado, que conta com nove artigos e três Anexos, porém condiciona à nova aprovação do Congresso Nacional “*quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional*”.

No âmbito desta Comissão, não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional emitir parecer sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Ela está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal.

Além disso, não constatamos vícios quanto a sua juridicidade.

Passemos ao mérito.

Há vários acordos bilaterais de serviços aéreos entre o Brasil e os Estados-Membros da União Europeia, porém esta possui certa competência exclusiva que atinge os serviços aéreos pertinentes. Portanto, os acordos já celebrados devem estar em consonância com a legislação comunitária que, dentre outros ditames, versa sobre a prevenção, a restrição ou a distorção da concorrência e o direito de acesso não-discriminatório às ligações aéreas entre os Estados-Membros da União Europeia e terceiros países. Esse tratado, portanto, tem o objetivo de equalizar essa normativa.

O Artigo 1º é dedicado às definições dos termos a serem utilizados na aplicação do ato internacional em questão. Por ele, “Estados-Membros” são os Estados-Membros da União Europeia; e “Tratados EU” o Tratado da União Europeia e o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Por consequência, nacionais e transportadoras aéreas ou companhias aéreas de Estados-Membros referem-se àqueles de Estados-Membros da União Europeia.



SF/18729.83047-82



O Artigo 2º dispõe que a autorização e licença de exploração para transportadora aérea designada será dada com o mínimo de demora a Estados-Membros, desde que: a empresa seja estabelecida no território do Estado que a designa e disponha de uma licença de exploração válida segundo a legislação comunitária; o efetivo controle regulatório da empresa aérea designada seja exercido e mantido pelo Estado-Membro que a designa; e a transportadora aérea seja propriedade, direta ou majoritária, e efetivamente controlada por Estado-Membro, por seus nacionais ou Estados nominados no Anexo III (ou seja, a República da Islândia, o Principado do Liechtenstein, o Reino da Noruega e a Confederação Suíça).

Igualmente, faculta-se ao Brasil recusar, revogar, suspender ou limitar as autorizações ou licenças dessas transportadoras aéreas designadas em caso de descumprimento dessas diretrizes, bem como se a transportadora já estiver autorizada segundo acordo bilateral com Estado-Membro e o Brasil demonstrar burla dessa transportadora aérea sobre restrições aos direitos de tráfego impostas por esse outro acordo; ou se a transportadora aérea detiver um certificado de operador aéreo emitido por um Estado-Membro, sem resguardo de acordo bilateral, e os direitos de tráfego para esse Estado-Membro tiverem sido negados à transportadora aérea designada pelo Brasil.

O Artigo 3º trata da segurança operacional, estabelecendo o direito brasileiro de garantir as normas de segurança mesmo quando o Estado-Membro tenha designado uma transportadora aérea cujo controle regulatório seja exercido e mantido por outro Estado-Membro.

Segundo determina o Artigo 4º do presente Acordo, a regra geral é de não impedir que um Estado-Membro ou o Brasil aplique, de forma não-discriminatória, impostos, tributos, direitos, taxas ou encargos ao combustível fornecido no seu território para ser utilizado em aeronave de uma transportadora aérea designada.

O artigo 5º versa justamente sobre as regras da concorrência, a fim de impedir que os acordos enumerados no Anexo I (tratados bilaterais com Alemanha, Áustria, Dinamarca, Espanha, França, Hungria, Itália, Países Baixos, Portugal, Suécia, Bélgica e Polónia) favoreçam a adoção de acordos entre empresas, de decisões por associações de empresas ou de práticas concertadas que impeçam ou distorçam a concorrência; reforcem os efeitos de tais acordos, decisões ou práticas concertadas; deleguem a operadores





econômicos privados a responsabilidade pela tomada de medidas que impeçam, distorçam ou restrinjam a concorrência.

Tratam os dispositivos finais das cláusulas de praxe, a considerarem os anexos como parte integrante do acordo, versarem sobre sua revisão ou alteração, entrada em vigor e denúncia.

Sobre os anexos, o de nº I cita os acordos bilaterais com Estados-Membros da União Europeia; o de nº II menciona os artigos dos acordos bilaterais sobre a designação, a recusa, revogação, suspensão ou limitação das licenças ou das autorizações, a segurança e a tributação sobre combustível de aviação; o nº III lista, conforme já mencionado, os quatro países pertinente ao disposto no art. 2º do presente tratado.

Portanto, o tratado em análise segue os padrões de tratados congêneres, e possui a virtude de intensificar de harmonizar a legislação com o conjunto de países da União Europeia.

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18729.83047-82



Relatório de Registro de Presença
CRE, 04/07/2018 às 10h - 32ª, Extraordinária
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
EDISON LOBÃO	1. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. VALDIR RAUPP
ROBERTO REQUIÃO	3. HÉLIO JOSÉ
ROMERO JUCÁ	4. MARTA SUPLCY PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
KÁTIA ABREU PRESENTE	2. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE
LINDBERGH FARIAS PRESENTE	4. HUMBERTO COSTA

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	1. CÁSSIO CUNHA LIMA
PAULO BAUER PRESENTE	2. RONALDO CAIADO PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	4. TASSO JEREISSATI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
LASIER MARTINS PRESENTE	1. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. GLADSON CAMELI

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE
RUDSON LEITE PRESENTE	2. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
FERNANDO COLLOR PRESENTE	1. WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE
PEDRO CHAVES PRESENTE	2. ARMANDO MONTEIRO

Não Membros Presentes

WILDER MORAIS
VICENTINHO ALVES
DÁRIO BERGER
ATAÍDES OLIVEIRA
PAULO ROCHA

DECISÃO DA COMISSÃO

(PDS 68/2018)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

04 de Julho de 2018

Senador FERNANDO COLLOR

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional